

QUEM TEM MEDO DA GOVERNABILIDADE?

Francisco de Oliveira

RESUMO

A tensão existente na sociedade brasileira entre a tendência para uma mudança social progressista e — efeito perverso da década hiperinflacionária — a ânsia por ordem e estabilidade se resolveu, nas eleições presidenciais, em favor desta última, com a eleição do candidato que conseguiu, com o plano Real, tocar os umbrais da estabilidade. Contudo, no médio e no longo prazo, não é sociologicamente previsível que a maior parte do eleitorado, que votou em Fernando Henrique Cardoso, vá permanecer conservadora. Por outro lado, a adoção sem ressalvas dos fundamentos do neoliberalismo pela equipe econômica do novo presidente — a concepção de uma moeda neutra, uma mercadoria como qualquer outra — tende a subordinar a ação do Estado ao ciclo dos negócios privados. O autor entende por governabilidade a capacidade de governar apoiada em tendências muito concretas na sociedade e dirigida no sentido de um processo de liquidação das desigualdades sociais; assim, ele identifica no neoliberalismo da equipe econômica do novo governo o principal fator de ingovernabilidade do país.

Palavras-chave: eleição; mudança social; Estado; governabilidade.

SUMMARY

In the recent presidential elections, the tension in Brazilian society between a tendency for progressive social change and, as a perverse effect of the hyperinflationary decade, the anxiety for order and stability, leaned decidedly in favor of the latter, with the victory of a candidate who managed to rub shoulders with stability through the Real plan. However, over the medium and long run, it is not sociologically predictable that the majority of the electorate that voted on Fernando Henrique Cardoso shall remain conservative. At the same time, the adoption of neo-liberal tenets without reserves by the new president's economic staff — the conception of a neutral currency, as if it were a commodity like any other — tends to subordinate the State's actions to the private business cycles. In understanding governability to mean the capacity to govern based on very real tendencies within society and directed towards the process of liquidating social inequality, the author finds the economic staff's neo-liberalism to be the principal factor of ingovernability in the country.

Keywords: 1994 Brazilian presidential election; social change; State; governability.

1. Conservadorismo e mudança social

A eleição de Fernando Henrique Cardoso processou-se numa equação contraditória entre urgências de mudança social e ambiência social conservadora.

As primeiras são evidentes por si mesmas, para economizar uma longa descrição: no campo social, a depredação do Estado, em conjunção com uma crise que se arrasta, com oscilações, desde o começo dos anos 80, produziu uma devastação nos principais serviços públicos que se expressa nos indicadores sociais. O já precário Estado do Bem-Estar nacional foi atingido em cheio: as reformas do "caçador de marajás" terminaram por dar-lhe o golpe de misericórdia. A incapacidade do Estado de exercer o controle, ainda que mínimo, da situação social, se necessitasse de maior explicitação, encontra, no recurso — uma "última instância" à *la Marx* — da utilização das Forças Armadas no combate ao narcotráfico dos morros cariocas, sua definitiva e cabal demonstração.

Não é que, no percurso, vários recursos não fossem utilizados e experimentados para melhorar a assistência social estatal. Reformas descentralizadoras, como a do Sistema Unificado de Saúde, foram tentadas: de novo, em "última instância", a descentralização não funcionou porque a dilapidação do Estado — que é sempre confundida com desorganização governamental — traduziu-se em sua incapacidade, nos níveis estaduais e municipais, de articular e implementar qualquer política. Essa incapacidade revela-se tanto em não poder oferecer salários razoáveis às categorias médica e paramédica — resultado não inteiramente casual da crise financeira do Estado —, quanto em não controlar o sistema privado de saúde, que é a saúva que devasta a roça pública das políticas governamentais para o setor. Essa dialética cruel sofistica desnecessariamente a aplicação de uma simples aspirina e "aspira" a montar hospitais de primeiro mundo. Produz-se, então, o paradoxo, ou a dualidade: milhares de médicos rebaixados a simples força de trabalho, aplicadores de aspirina que se "viram" em meia dúzia de empregos para sobreviver, hospitais públicos depredados, cenas de "pátio dos milagres" onde são os parentes dos pacientes que literalmente tentam ajudar a precária estrutura a funcionar, filas de doentes cujos semblantes nada ficam a dever aos dos milhares que acorrem aos milagres do Padre Cícero: mas eles não estão no Nordeste, senão que nos corredores do Hospital de Clínicas da USP, do Hospital Universitário da USP e do Hospital-Escola da Paulista de Medicina, os de caráter público que, em São Paulo, ainda resistem ao naufrágio geral; nos demais, não faltam apenas médicos: o simples esparadrapo já é artigo de boutique. Os hospitais privados *são boutiques mesmo*: ali a sofisticação atinge as raiais do impensável, para aplicar aspirinas e "aspirar" os recursos estatais.

Weberianamente, o Estado perdeu o monopólio exclusivo da violência; marxisticamente, o Estado foi privatizado numa escala impensável em qualquer país radicalmente liberal. Essa tendência já vinha desde o autoritarismo, mas, perversamente, o Estado democrático a agravou. Depois de Sarney, que praticou o "é dando que se recebe" como uma modalidade de desregulamentação, Collor levou a tendência ao paroxismo: já que o Estado não funciona, o melhor é suprimi-lo. (Quase escrevi "suprimamo-lo", mas aí o fantasma de Jânio ectoplasmou-se, para salvar-me e aos leitores).

Essa depredação do Estado e sua repercussão na crise social não é gratuita, nem se deve à sua fúria intervencionista. A depredação pode ser interpretada ao modo de Kurz¹ — e aqui, crítico que sou do alemão, devo render-lhe *mes hommages*: é o espasmo de um Estado exaurido, posto a serviço da globalização da economia, que gasta seus recursos no pagamento da dívida externa, enquanto utiliza seu "último recurso metodológico", suas Forças Armadas, para reprimir bandidos.

O intervencionismo estatal não atuou autonomamente, *pro domo suo*. Pela estatização da dívida externa, promovida como política de balanço de pagamentos,

(1) Kurz, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

chegou-se à explosão da dívida interna, ferreamente determinada pela primeira. Vistos contabilmente ou pela ótica conservadora, a inteligibilidade desses processos é apenas parcial. De fato, o que eles querem dizer é, em primeiro lugar, que a dívida externa é um elemento da globalização financeira, *verbi gratiae*, da subordinação financeira dos Estados nacionais da periferia capitalista. É um modo novo da acumulação de capital pelos países-líderes e suas empresas-líderes. Os países dependentes, pela dívida externa, financiaram não apenas as ampliações de capital produtivo das multinacionais em seus territórios, mas sancionaram — não podiam escapar — a extraterritorialização dos mecanismos financeiros da acumulação de capital.

A dívida externa já é um sintoma da incapacidade de manter a moeda nacional por parte das economias periféricas do capitalismo; as moedas nacionais, pela internacionalização produtiva, deixaram de ser portadoras da reserva de valor imprescindível para os processos de acumulação real de capital. Elas tão-somente servem como meios de pagamento, de troca, e ainda assim, como ensinam as experiências argentina e mexicana, apenas se estão referidas, se estão "ancoradas" e são conversíveis à moeda que porta o atributo de reserva de valor, isto é, o dólar. A globalização financeira é o corolário, pois, da internacionalização produtiva: mesmo quando se trata de processos de acumulação real que não transitam extraterritorialmente a cada país respectivo, eles apenas podem ser garantidos pela moeda-reserva de valor.

Pela conversão da dívida externa em dívida interna, o Estado brasileiro pagou o ajuste das empresas à nova ordem econômica internacional. É por isso que na década que apresentou as duas primeiras quedas absolutas do PIB total e *per capita* na moderna história brasileira, paradoxalmente não houve praticamente quebra de empresas. Salvo no sistema bancário, intermediador desses processos, não se anotou, no conjunto das empresas, nenhuma quebra espetacular. Ao contrário, todos os balanços coincidiam em mostrar empresas com resultados lucrativos medíocres na área da produção, enquanto as aplicações financeiras exibiam impressionantes *performances* positivas. O real desse processo é que a tomada de recursos pelo governo federal e principais governos estaduais ao sistema privado não significava existência de excedentes no setor privado, mas o oposto: a dívida interna formou os excedentes do setor privado, sem o que as empresas, se tivessem sido forçadas ao ajuste internacional sem a mediação do Estado, teriam ido todas, quase sem exceção, à falência. A teorização de Ignácio Rangel, infelizmente já desaparecido, era uma ilusão de ótica: no caso brasileiro, a existência de excedentes no setor privado *apenas se materializa* quando o Estado os converte em dívida pública. O confisco dos ativos financeiros realizado por Collor evidenciou dramaticamente essa verdade. O pequeno alívio da dívida interna rapidamente desapareceu e ela voltou a explodir tão logo o governo retomou sua trajetória de endividamento², o que era inevitável dado que o confisco praticado não eliminou as necessidades do gasto estatal.

Ao lado do processo hiperinflacionário constante nos últimos dez anos³, que elaborou uma espécie de pedagogia perversa, a contra-revolução tresloucada de Collor mandou "pro brejo" toda a esperança de mudança social *progressista*, vale dizer, mudança que tentasse varrer as vastas desigualdades. Instaurou-se — e a eleição do rei do *kitsch* já era seu indício mais forte, com o forte apelo messiânico de salvação — uma espécie de conservadorismo que se pode resumir em mudança social *regressiva*, isto é, um anseio generalizado e difuso por estabilidade, segurança, ordem, e, *par contre*, o medo à mudança social progressista.

(2) Ver Goldenstein, Lídia. *Re-pensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

(3) O tecnicismo economicista que chama hiperinflação apenas àquele estágio em que já não se confia na moeda nacional — coisa que não ocorreu no Brasil justamente pelos mecanismos de indexação — não tem importância sociológica/política. Collor foi eleito nas sequelas dos 80% mensais de inflação que tecnicamente não era uma hiperinflação.

Nesse ambiente, inicialmente Lula foi confundido com estabilidade. Parecia a vastas camadas da sociedade que o candidato petista tinha melhores condições de segurar o furacão da instabilidade, da inflação desenfreada, da desorganização, da insegurança generalizada. Feitas as projeções a partir dos resultados conseguidos contra Collor, onde ainda quase a metade dos eleitores havia se posicionado pela mudança progressista, Lula alcançava elevados índices de intenção de voto. A própria burguesia, em almoços e jantares, apesar da aberta hostilidade, confessava ao candidato que poderiam conviver desde que ele segurasse seus radicais, vale dizer, os conteúdos progressistas de mudança que ele encarnava: tratava-se de domesticar o sapo barbudo.

Aprendendo a lição do Cruzado do ponto de vista das possibilidades eleitorais de quem traduzisse em medidas concretas o anseio do conservadorismo social, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, lançou-se a disputa. O Plano Real, a mudança social regressiva tão ansiada, cujo único resultado concreto consistiu em segurar a inflação, foi o "grande eleitor" do ministro. A partir de seu êxito, a previsibilidade de poder chegar ao fim do mês com os parcos salários e o desaparecimento do pânico de surpreender-se semanalmente com os descabelados aumentos dos preços, a esperança em Lula transferiu-se para quem já havia realizado a estabilidade⁴. O senador por São Paulo, reconhecidamente um político anticarismático (como Tancredo, que parece ser uma de suas inspirações na política), transformou-se no imbatível candidato, hoje presidente eleito. Quando este ensaio for publicado será presidente em pleno exercício dos poderes.

Evidentemente, tal tipo de interpretação não se enquadra nas tendências atuais da ciência política, tipicamente *processual*, que não vê vinculação alguma entre resultado eleitoral e mandato para governar de acordo com algum programa e/ou forças sócio-políticas que sustentaram o vencedor. No médio e longo prazo, sociologicamente não é previsível que a maior parte do eleitorado, que votou em Fernando Henrique Cardoso, vá permanecer conservadora. Na conjuntura, a tensão entre mudança social progressista e a ânsia por ordem e estabilidade, um efeito perverso da última década hiperinflacionária, resolveu-se em favor da última, elegendo o candidato que já havia tocado os umbrais da estabilidade. Não se sugere nenhuma "lei" do conservadorismo social, mas a imbricação entre a pedagogia do medo às mudanças e os resultados palpáveis de uma estabilização surpreendente criou, indefectivelmente, uma "afinidade eletiva" entre o voto e o mandato programático.

Esse conservadorismo de ampla base social não constrói um cenário muito propício à mudança de caráter progressista que as vastas massas populares que elegeram Fernando Henrique Cardoso desesperadamente necessitam. Pesquisas realizadas durante o processo eleitoral — informação que obtive de José Arthur Giannotti, já que nunca as tive em mãos e, parece, não vieram a público — indicavam, ao lado da aprovação do real, uma condenação a qualquer tentativa de melhoria nos salários. Giannotti interpretou esses resultados como a prova de racionalidade econômica da população e principalmente dos assalariados, tão rigorosa quanto a dos economistas *neoclássicos* (esta adjetivação é minha). É evidente que, há muito, a confiança depositada nas cadernetas de poupança já era prova cabal de comportamento racional por parte da população. Porém, na conjuntura, o mais importante é que o argumento frequentemente esgrimido pela mídia de que os salários são causa da inflação havia deitado raízes justamente em quem vive de salários.

(4) Por isso, a polêmica recentemente desatada entre economistas do PT sobre a responsabilidade da derrota, atribuída por uma corrente liderada pelo senador Eduardo Suplicy e Paulo Nogueira Batista Jr. ao "catastrofismo" de Maria da Conceição Tavares e Aloysio Mercadante, é equivocada. Isto não quer dizer que a subestimação dos impactos favoráveis do real sobre os salários e a atividade econômica não tenha sido um outro equívoco. Mas uma avaliação correta do plano não teria salvo o PT da derrota. A corrente liderada por Suplicy e Paulo Nogueira Batista Jr. não entendeu, sociologicamente, a contradição entre reformas e estabilidade; por isso, sua crítica é conservadora.

Ora, a experiência dos países mais desenvolvidos⁵ mostra que uma redistribuição de renda que atenuie as enormes disparidades sociais no Brasil somente poderá ser o resultado combinado de aumentos salariais, respaldados em incrementos da produtividade, com políticas sociais públicas vigorosas, que incluam uma política de rendas (política de renda mínima, aumento sistemático do salário-mínimo, seguro-desemprego, melhoria da seguridade social), e políticas sociais no sentido estrito (aumento da escolaridade, combate à evasão escolar, melhoria da qualidade do ensino, ampliação e universalização do acesso à saúde etc.). Um ambiente social conservador será hostil aos incrementos salariais, enquanto um Estado depredado será incapaz de implementar políticas sociais públicas vigorosas e universalizantes.

(5) *The Economist* de 5-11 nov. 1994, vol. 333, nº 7888, tem, na p. 21, um interessante gráfico que mostra, entre os países desenvolvidos, que o igualitarismo combina-se muito bem com a produtividade do trabalho, instaurando um *trade off* positivo na relação. Os países menos desiguais são também os de alta produtividade do trabalho, enquanto os mais desiguais — USA, Austrália, Suíça e Nova Zelândia — são os de menor produtividade.

2. O empresariado e a mudança social regressiva

Nos últimos quinze anos, para não irmos mais longe, a pauta das relações capital-trabalho foi comandada pelas reivindicações do assalariado, lideradas por aquelas produzidas nos confrontos/negociações dos metalúrgicos com o patronato, mormente o do setor automotivo. A política econômica do "delfinato" sob Figueiredo foi tornada ineficaz pelas movimentações dos metalúrgicos no amplo arco que vai de São Bernardo à zona Sul de São Paulo. Juntando a isto a velocidade de crescimento das dívidas externa e interna e o pagamento de seus serviços, a capacidade de previsão do Estado brasileiro evaporou-se: nisto consistiu a liquidação do autoritarismo.

Sem mecanicismos reducionistas, de algum modo essa iniciativa dos assalariados transplantou-se para a política, fazendo com que a mudança social progressista assumisse o plano principal das transformações. A Constituição de 1988 foi o coroamento dessa tendência, que no entanto já havia se manifestado no reconhecimento de fato das centrais sindicais, anteriormente proibidas pela legislação. As Diretas-Já foram a principal indicação, no plano institucional, desse comando da mudança social progressista. A adoção do seguro-desemprego, que chegou com mais de quarenta anos de atraso ao Brasil, foi uma outra expressão dessa pauta de reivindicações sociais que influenciaram a política. A universalização (ou pelo menos sua tentativa) de certos serviços sociais, como o Sistema Unificado de Saúde, onde a condição para receber assistência médica é a de ser cidadão, também seguiu a tendência assinalada.

Essa tendência não prevaleceu sem atritos. Durante todo o último período das presidências militares, tanto o regime quanto as bases sociais empresariais tentaram, sem sucesso, opor-se à mudança social progressista. Pós-militares, o período Sarney caracterizou-se, como seu mandatário, por um comportamento oscilatório, vacilante, e, em não poucas vezes, francamente repressivo. O uso abusivo da caracterização de greves como atentatórias à segurança nacional mostrava até que ponto o arco das forças dominantes, na política como na economia, incomodava-se com uma pauta política onde a tendência progressista predominava e, de certo modo, dava as cartas. O Centrão, no plano da Constituição, ostentou as garras de um empresariado que formou todos os *lobbies*, financiou todas as campanhas para evitar uma "Constituição cidadã", a fórmula consagrada por Ulysses Guimarães. As provas são de tal abundância que não precisam de uma longa lista: bastam alguns exemplos, como os referidos.

O trabalho pedagógico perverso da hiperinflação, entretanto, corroía o anseio geral por mudanças sociais progressistas. A própria eleição do "Bismarck das Alagoas"⁶ foi sua maior prova; e o apoio indiscriminado dos grandes grupos econômicos, de que a CPI que resultou no *impeachment* de Collor veio a ser a cabal demonstração, aproveitava-se do mandato popular desesperado dado a Collor para transformá-lo num mandato destrutivo das organizações sociais que eram as vanguardas das mudanças sociais progressistas⁷.

Os objetivos do mandato destrutivo eram as conquistas sociais recentes e a própria capacidade que alguns importantes setores do assalariado e mais precisamente do operariado haviam mostrado de conduzir a pauta sócio-política. Collor atacou as organizações do funcionalismo público civil, com sua reforma destrambelhada, acabando por reduzir a capacidade operacional do Estado brasileiro a quase zero. Atacou as centrais sindicais como fonte de corporativismo — o novo termo panexplicativo de tudo que ocorre no Brasil, abusivamente utilizado por uma ciência política impotente —, praticando um dos mais formidáveis arrochos salariais de que se tem notícia: diz-se "um dos mais" porque outros piores ainda poderão acontecer. Centrais sindicais, sindicatos, movimentos trabalhistas, foram identificados como os inimigos públicos por excelência, que conspiravam contra toda a Nação e contra todo o povo, por se postarem contra o Plano Collor. Criava-se, assim, um ambiente social antiprogredista, medroso, anti-reformista.

A estratégia dos grupos dominantes viu-se frustrada com o *impeachment* de Collor de Mello. Mas ressurgiu por inteiro com a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Nesta, o processo foi outro, já antecipado neste ensaio: no lugar de um messianismo salvacionista, fora do alcance de um político que não se distingue por nenhum dote carismático (salvo entre seus pares acadêmicos), a empreitada, coroada de sucesso ao menos temporariamente, de lograr a estabilidade antes da eleição, que assim o catapultava nas preferências populares, sem fazê-lo popular. É um ganho, dizem, a entrada do cálculo racional no comportamento dos eleitores, e uma mudança nas regras da política no Brasil. Há, aqui, indefectivelmente, um elemento modernizador: apenas não se pode afirmar se esse comportamento não passou de um momento conjuntural, habilmente explorado pelo vencedor.

As burguesias se jogaram todas na candidatura Fernando Henrique Cardoso. Tanto as contribuições de empresas, quanto as milhares de declarações de empresários e o posicionamento do poderoso Roberto Marinho, da Globo, em favor do candidato, dispensam maiores elaborações. Seu programa transformou-se na bíblia dos empresários, ou o que é mais sintomático: a bíblia, composta por privatização, retirada do Estado da economia, desregulamentação de alto a baixo, ataque aos direitos sociais e humanos, desregulamentação do mercado de força de trabalho, "desconstitucionalização" da Constituição-cidadã de Ulysses Guimarães que criou a "ingovernabilidade" (a esmagadora maioria dos tucanos, inclusive o presidente eleito, votou, na Constituinte, a favor do que hoje apontam como elementos de "ingovernabilidade"), passou a ser o livro comum, transcendental, da grande burguesia e do candidato.

Tudo isto não se passa apenas num plano simbólico, de discursos, planos e apoios ostensivos; ainda se fosse pouco, o episódio num clube paulista em que empresários promoviam um evento para "alavancar" a candidatura Fernando Henrique Cardoso revelaria o processo por inteiro: ali distribuiu-se uma "ficha de inscrição" no PT, quando Luiz Ignácio Lula da Silva ainda pairava em altas estratosferas nas pesquisas, que resumia todo o ódio de classe contra largas parcelas das classes dominadas que haviam criado um movimento político que há mais de

(6) Oliveira, F. de. "Les cent jours du chasseur Bismarck". *M. Mensuel, Marxisme, Mouvement*, Paris, n° 42, déc. 1990, pp. 33-9.

(7) É preciso não ter medo da palavra vanguarda, que é utilizada não no sentido de um grupo que usurpa a autonomia dos outros, mas no sentido sociológico forte de que suas reivindicações e conquistas é que contestam o *status quo*. Embora hoje, quando escrevo, o Supremo Tribunal Federal tenha absolvido Collor de Mello, é um segredo de Polichinelo que uma grande burguesia que não tinha Collor como um dos seus servia-se dele para fazer o trabalho sujo que ela desejava havia muito, mas que só alguém investido de um mandato popular incontestável seria capaz de fazer.

uma década acuava a grande burguesia e os partidos políticos-garrafa, que se amoldam a cada governante de plantão. As condições para pedir inscrição no PT eram: ser nordestino, analfabeto, preto, mulher, prostituta, homossexual, catador de lixo etc. Isto é, os estigmas da própria discriminação de classe, de cor, de etnia, de preferência sexual, que habitam o inconsciente coletivo da sociedade, manejados pela própria classe dominante! O partido do presidente apenas declarou que não era responsável pela "ficha", sem condená-la; tampouco se ouviu ou se leu nenhuma declaração da intelectualidade tucana, incluindo-se aí o próprio candidato, contra semelhante atentado à democracia.

Os sinais da intolerância da grande burguesia contra organizações sociais do assalariado, e mais especificamente de certas categorias operárias, já não se dão a público vestidos em apelos à cooperação; agora, eles ganharam em desinibição e hostilidade agressiva. O presidente da GM, em entrevista recente à *Folha de S. Paulo*, declarou alto e bom som que a empresa pensava em localizar a terceira fábrica fora do eixo sob influência dos sindicatos, e em seguida ameaçou o governo quando este baixou a alíquota de importação de automóveis, declarando que a decisão sobre a famosa terceira fábrica havia sido suspensa, entrando as localizações na Argentina, Uruguai e Paraguai como concorrentes com o Brasil. O recado estava claro: tanto o movimento sindical quanto a autonomia do governo em tomar decisões de política econômica não são bem vistos no mundo globalizado pelas grandes corporações transnacionais. A desinibição que se transforma em hostilidade ativa contra movimentos sociais e organizações das classes dominadas é um dos primeiros resultados da legitimação que a aura de intelectual de Fernando Henrique Cardoso conferiu às posições antiprogressistas, que pautaram o cenário e o movimento dos sujeitos e atores sócio-político-econômicos nos últimos quinze anos. É a primeira tempestade que o semeador de ventos pode colher: a ameaça à governabilidade provém, contraditoriamente, de sua própria vitória. O futuro governo pode vir a ser o refém da implosão das tendências progressistas que dominaram a cena brasileira, que ele mesmo comandou como condição para sua eleição.

É claro que existem contradições entre o movimento que Fernando Henrique Cardoso lidera e o grande empresariado. O próprio Plano Real não foi aceito sem reservas nem resistências: a formidável aceleração dos preços na última rodada da URV antes da entrada da nova moeda, em junho/julho de 94, mostra até que ponto elas existem. Entretanto, essas contradições viram-se grandemente atenuadas porque, mais que Collor, Fernando Henrique Cardoso mostrou-se a melhor alternativa contra Lula. Mas, há uma diferença essencial entre Collor e Fernando Henrique Cardoso do ponto de vista do apoio das classes dominantes (de outros pontos de vista, que a imprensa não se cansa de ressaltar, as diferenças são enormes e a favor de FHC: preparo intelectual, real cosmopolitismo que lhe propicia uma visão do mundo menos simplista que a de Collor, carreira política impoluta, pertencimento real às elites nacionais e internacionais): Fernando Henrique Cardoso é um "intelectual orgânico" das reformas burguesas, enquanto Collor era apenas um aventureiro.

Tanto a aura intelectual de Cardoso, quanto sua própria contribuição à formulação das "reformas" fazem-no o portador da hegemonia burguesa contemporânea no Brasil. De outro lado, seu partido, o PSDB, é um forte núcleo *yuppie* das novas classes médias constituídas de um novo tipo social: os intelectuais-empresários-altos executivos (Bresser Pereira é seu emblema por excelência) produzidos pelas grandes transformações do regime autoritário. Em poucas palavras, embora

contradições existam, Fernando Henrique Cardoso e seu PSDB não são "estranhos no ninho" das grandes corporações. Mais rigorosamente, a tecnoburocracia que o próprio Bresser Pereira teorizou no primeiro período de sua produção acadêmica (nas pistas do John Kenneth Galbraith de *O novo Estado industrial*), essas novas classes médias são estruturais no capitalismo contemporâneo, e por isso são herdeiras diretas das transformações econômicas e da estrutura social promovidas pelo autoritarismo⁸. Por essas razões, o projeto conduzido por FHC é duradouro: não se está em presença de um estouro imprevisto, *à la* Collor, mas de uma longa elaboração social, de que Collor foi apenas um aviso extemporâneo. Tampouco o lugar ocupado por FHC deveu-se apenas ao seu enorme senso de oportunidade para perceber um vazio de liderança burguesa: contam muito, para que o projeto burguês de hegemonia ganhe consistência e passe à ofensiva, as qualidades do hoje presidente. Trata-se de um *condottiere* no sentido mais rigoroso do termo, e a excepcionalidade de sua personalidade é um elemento constitutivo da hegemonia.

3. O alvo da desinibição burguesa e do neoliberalismo da equipe econômica: centrais sindicais e papel protagônico na política

A ninguém é lícito desconhecer o papel protagônico que o movimento sindical vem desempenhando no país, no processo de democratização. Já nos referimos a que a derrota da política econômica de Delfim Netto sob Figueiredo esteve no centro da erosão da capacidade de previsão do Estado autoritário; o movimento sindical do ABC, com as memoráveis campanhas de Vila Euclides, as passeatas de São Bernardo, a greve e o movimento de solidariedade desencadeado por vastas massas da população que se ombream com os trabalhadores deram o empurrão final no autoritarismo.

Durante os últimos catorze anos, a longa "década mais que perdida"⁹ viu organizarem-se as centrais sindicais, em total desmentido às teses da anomia e do reducionismo politicista que associa crise econômica com crise política. Sob o impacto de uma crise devastadora, que reduziu os empregos em 93 aos níveis já alcançados em 80, que transformou os centros operários do ABCD paulista em recordistas de surgimento de favelas, o assalariado não se dobrou. Categorias como a dos metalúrgicos no ABCD exibem a impressionante porcentagem de 90% de sindicalização, acima de qualquer outra categoria no Brasil e em oposição à tendência declinante da sindicalização no mundo desenvolvido. Pode-se dizer, como contra-argumento, que isto é apenas a prova de que permanecemos na organização fordista do trabalho, cuja superação é hoje a pedra de toque do desenvolvimento capitalista; não por acaso, o ataque neoliberal no Brasil se dá justamente contra as formas de organização de alguma maneira ligadas à organização do trabalho sob o fordismo (comissões de fábrica, grandes sindicatos de massas).

Mas os sindicatos mais importantes lutaram também, com êxito, contra as devastadoras consequências do progresso técnico no emprego, no processo de trabalho e na própria organização sindical: o trabalho flexível, a robotização, a informatização, os processos *kan-ban*, o *just in time*, os círculos de qualidade, para citar os mais expressivos. Vale dizer: o êxito do crescimento da sindicalização e da construção das centrais sindicais, por esse lado, *prova-se essencialmente como político*: ele não é, apenas, uma derivada das condições da organização do trabalho.

(8) Benefício-me do anúncio do ministério de FHC para essa tese: o próprio Bresser Pereira, misto de intelectual (com mais de vinte livros publicados) e empresário, tendo atuado por mais de trinta anos no Grupo Pão de Açúcar, um dos maiores do ramo da alimentação no Brasil; Sérgio Motta, dono de uma consultoria de engenharia, um tipo de empresa que foi "alavancada" pelo autoritarismo como forma de destruir os quadros profissionais do serviço público e que tem a virtualidade de transformar saber técnico em propriedade do capital; Pedro Malan, notável economista dos anos 70, que desde o começo dos 80 detém altos cargos no BID e no Banco Mundial; Pêrsio Arida, economista teórico da inflação inercial do grupo da PUC-Rio, anteriormente ligado ao grupo Unibanco e hoje ele mesmo banqueiro; Andrade Vieira foge um pouco ao figurino: este é banqueiro mesmo, e, ao que se saiba, não perpetrou, até agora, nenhuma obra intelectual; Paulo Renato Souza converteu-se de especialista em emprego em reitor da Unicamp, passando pelo secretariado de Montoro até encaixar-se na gerência geral de operações do BID, o segundo cargo mais importante na estrutura de decisões do Banco, tradicionalmente ocupada por um brasileiro desde os tempos de Ewaldo Correia Lima; Dorothéa Werneck, economista dos quadros do IPEA que, depois de passagem pelo Ministério do Trabalho de Sarney e Secretaria de Política Econômica de Collor (onde, aliás, teve profícua atuação), transitou também pela iniciativa privada no ramo da consultoria; Clóvis Carvalho, egresso do grupo Villares. Em oito sobre quinze ministros civis revelam-se ligações de pertencimento dos ministros de FHC a vários setores do empresariado ou de grandes corporações institucionais, como BID e BIRD. Talvez sintomaticamente, é a taxa mais alta de empresários-altos executivos nos gabinetes dos últimos anos. Em suma, pertencem a essa nova classe que Christopher Lasch chamou de "analistas simbólicos", com inserções bem reais no campo da propriedade de capital. Salvo Andrade Vieira, todos os citados vieram da esquerda, alguns tendo militado em grupos da oposição armada, que os militares chamavam terroristas. Nessas organizações peroravam com a mesma certeza arrogante sobre a inevitabilidade da queda da ditadura pelas suas ações armadas, tal como hoje fazem sobre a inevitabilidade e a racionalidade do mercado livre. Mas, enquanto Vicente Paulo da Silva é visto como defensor de "inte-

É esse êxito político que preocupa, atemoriza mesmo em muitos casos, a grande burguesia e os arautos do neoliberalismo. O movimento dos bancários, por exemplo, onde a informatização já fez milhares de desempregados, ganhou em organização e capacidade de negociação; é hoje um dos principais pilares da CUT e constitui uma das poucas categorias sindicais que superaram o constrangimento que a territorialidade da legislação sindical opõe às tentativas de movimentos sindicais mais amplos. Neste caso, os bancários souberam aproveitar uma característica da estruturação nacional dos bancos no Brasil, com o que se criou uma categoria verdadeiramente nacional.

Mais recentemente, os metalúrgicos, essa categoria de vanguarda no sentido já referido, foi capaz de estruturar, em conjunção com os empresários do setor automotivo — montadoras e setor de autopeças — a chamada câmara setorial, um acordo que, com a redução de alíquotas do IPI e do ICMS, reverteu a tendência de queda da produção automobilística no Brasil, passando de 1.073.761 veículos em 1992 aos 1 milhão e 600 mil estimados para 1994, num salto de produtividade sem precedentes mesmo para um setor que nos dias do "milagre econômico" de 1968-73 cresceu a taxas reais anuais de 18%¹⁰!

O "milagre" aqui não foi simplesmente econômico, se bem que os resultados funcionam como uma caução para o prosseguimento do acordo: é, como já escrevi em artigo publicado em *Novos Estudos*, um acordo que faz de seus resultados sua própria medida, tirando o confronto operários/patrões do jogo de soma zero¹¹. O "milagre" é político, cidadão na mais alta acepção do termo, e revelou a capacidade de uma ampla categoria des-subalternizar-se, autonomizar-se, colocar-se não apenas como interlocutor da grande burguesia e do Estado, mas como crivo pelo qual passa o próprio investimento privado. Uma democratização pela base desse tipo teria — e tem, ainda — tudo para mudar radicalmente a forma da política no Brasil. É contra isso que a grande burguesia e o neoliberalismo se insurgem.

O argumento anterior, como se suporta, em sabendo-se que as montadoras de automóveis e o setor de autopeças são parte dessa grande burguesia contra a qual agora se invectiva? Evidentemente, o formidável salto da indústria automobilística não se produziria *sponte suo* contra as tendências da própria indústria automobilística no amplo processo da globalização. Isto é, o acordo foi a forma que montadoras e setor de autopeças encontraram para viabilizar sua particular inserção na globalização, superando os entraves de uma estrutura fiscal e de um processo tutelar do Estado sobre os sindicatos, e pondo em marcha uma política de industrialização na ausência de sua equivalente elaborada pelo Estado brasileiro.

Tudo isso é certo, o que tornaria irrelevante a contribuição sindical ao acordo, para uns; para outros, o acordo é precisamente a prova da submissão da CUT a uma ordem burguesa renovada. Uns e outros vêem apenas corporativismo, com montadoras e autopeças e sindicalistas tirando "castanhas do fogo com mão de gato", enquanto outros denunciam o sindicalismo economicista da CUT. Ecos de um conceito panexplicativo politicista sem capacidade para explicar e de um leninismo ultrapassado fazem-se ouvir!

A inteligência do movimento sindical foi a de perceber, precisamente, essas tendências, e fazê-las trabalhar a favor dos assalariados e do sindicalismo. Em primeiro lugar, porque assegurou ganhos salariais não irrelevantes numa conjuntura ainda sob o acicate de inflações na casa dos 40% mensais; em segundo lugar, deteve a sangria do desemprego que já batia às portas de São Bernardo, Diadema, São Caetano, Ipiranga, São José dos Campos, Taubaté e Betim. De fato, o desemprego havido desde o acordo é quase nulo, embora o crescimento do emprego não tenha se

resses corporativos", os "analistas simbólicos" são seres neutros, que somente verbalizam e atuam no sentido do interesse público... F. de fábulas de Esopo que estamos falando.

(9) Lopes, J. B. e Gottschalk, A. "Recessão, pobreza e família: a década pior do que perdida", *São Paulo em Perspectiva*, vol. 4, nº 1, jan./mar. 1990, pp. 100-9.

(10) A taxa de crescimento real da produção no biênio foi de 49% ou 22% anuais. Com a relativa estabilidade do total da força de trabalho empregada, esse aumento equivale praticamente a crescimento de produtividade. Algumas terceirizações não alteram substancialmente as taxas referidas. Fonte dos dados: Anfavea, elaborados pela equipe da pesquisa "Os cavaleiros do anti-apocalipse: o acordo das montadoras", em curso no Cebrap com apoio da Finep.

(11) Oliveira, F. de et alii. "Quanto melhor, melhor: O acordo das montadoras". *Novos Estudos*, São Paulo: Cebrap, nº 36, jul. 1993, pp. 3-7.

dado; o que ocorreu foi um formidável salto na produtividade por trabalhador. Mas, o mais importante é que esses ganhos foram conseguidos justamente quando, pela urgência que a abertura comercial somente acelerou, as indústrias estavam e estão passando por um acelerado processo de reestruturação tecnológica: enquanto a Volkswagen de São Bernardo, uma espécie de dinossauro do setor, típica da verticalização produtiva iniciada nos anos 50, produz um carro em 45 horas, já a de São José dos Campos, da mesma empresa, produz um carro a cada 25 horas.

Um aspecto extremamente importante do chamado "acordo das montadoras" é que o setor, que responde por uns 5 a 6% do PIB brasileiro, altamente concentrado, altamente oligopolizado, deixou de ser puxador da inflação: de fato, desde sua vigência, o aumento de preços dos automóveis nunca esteve acima da taxa média de inflação, e em termos reais o preço dos automóveis assinalou sensível redução, o que aumentou a demanda. Com uma programação de custos, preços e salários desse tipo, num setor da importância do automotivo, o governo poderia tê-la utilizado como um dos instrumentos de uma política antiinflacionária verdadeiramente inovadora; tal não aconteceu em toda a gestão Itamar, mormente sob o comando — a regência imperial, diz-se — de Fernando Henrique Cardoso na pasta da Fazenda. Isto é, o ministro negou o sociólogo, mas não inocentemente: o candidato em perspectiva não poderia apresentar um êxito avassalador baseando suas esperanças num processo que requereria demorados e sofisticados acordos sociais. Os estudos que caucionaram o pedido de rebaixamento das alíquotas do IPI e do ICMS já demonstravam que havia uma elasticidade-imposto da demanda que assegurava o crescimento desta quando os impostos baixassem. Quando se sabe quanto da inflação era diretamente comandado pelos mecanismos de passagem de custos a preços que é própria dos oligopólios, uma façanha dessa ordem é de uma importância extraordinária e aponta para formas de combate à inflação e simultaneamente de retomada do crescimento que colocam em primeiro plano a capacidade dos atores e sujeitos sociais em tornarem plausível a regulação social da economia, não de costas para o Estado, mas em uma nova relação deste com os sujeitos sócio-político-econômicos. Levada a suas últimas consequências, seria a liquidação do autoritarismo estatal e a falência do neoliberalismo, levando de cambulhada toda uma teorização mercadologizante.

Um acordo desse tipo não é um acordo de anjos. Trata-se de uma forma altamente sofisticada de defesa de interesses, sem dúvida. Por que então, se ele é exitoso, as montadoras e o setor de autopeças, partes importantes da grande burguesia brasileira, estariam justamente atuando contra essa tendência tornada plausível pela presença e pela luta de uma importante categoria de trabalhadores?

A resposta é simples. Montadoras e setor de autopeças perceberam que não poderiam inverter sozinhas os resultados da falta de política industrial do Estado — sob cujos beneplácitos se instalaram no país, valendo lembrar que foi sob Kubitschek que o país passou *de montar automóveis que já vinham empacotados para fabricá-los*; quando Collor de Mello começou a implementar sua desregulamentação treloucada, os empresários do setor automotivo perceberam imediatamente que seus investimentos estavam em perigo. Isto levou a que até o setor de autopeças, tradicionalmente avesso a acordos, mas em sendo o mais nacionalizado, aderisse ao acordo, pois provavelmente é o que mais perderia com a abertura comercial. Há analistas, como Luiz Nassif, que esposam a tese de que a abertura comercial já era, em si, uma política industrial. Este argumento não conhece nada do que é uma política industrial nos países desenvolvidos: durante décadas os USA confiaram no livre comércio que induziria, pela competitividade, aumentos na

produtividade, e o resultado obtido foi quase a liquidação da própria indústria automobilística norte-americana. De alguns anos para cá, a mudança norte-americana em direção a uma política industrial, com a indústria pressionando o Congresso e o Executivo, levou de novo o automóvel norte-americano à liderança mundial.

Nessa linha de interesses, os trabalhadores perceberam que o jogo de soma zero ameaçava-os mais que às empresas; estas, no limite, poderiam desativar suas linhas de fabricação, o que aconteceu justamente com a fábrica de motores para caminhões da Ford. O sinal vermelho acendeu nos sindicatos, e o hoje presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, então presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo, voou para Detroit, discutindo com a alta direção da Ford a situação da empresa no Brasil e os meios de induzi-la a não se retirar do país. Os sindicalistas perceberam que se há um mercado global de automóveis, que inclui os capitais produtivos, onde a movimentação das grandes multinacionais migra de um país para outro, não há, por outro lado, um mercado global de trabalhadores de livre circulação, ainda mais em se tratando de trabalhadores brasileiros, relativamente desqualificados numa competição mundial. A única forma de participar desse mercado global do trabalho é a partir de sua fixação em cada mercado nacional¹². A soma desses dois poderosos interesses foi capaz de induzir o Estado a, timidamente, tomar medidas que viabilizaram o acordo.

Mas os trabalhadores foram acrescentando, na renovação do acordo, pontos importantes na agenda da câmara setorial, que de puramente defensiva tornou-se ofensiva no sentido de desenhar uma política industrial para o setor que inclui, ao contrário do que se pensa, a reestruturação produtiva com grande avanço tecnológico. A esse respeito, vale repetir que quem introduziu o carro popular no acordo foi o populismo de Itamar Franco, pois os trabalhadores não queriam saber de produzir um carro tecnicamente superado como o velho Fusca. Nesse acrescentamento da agenda, os trabalhadores foram criando instrumentos que impediriam uma modernização selvagem, *à la* México, por exemplo. Não criaram constrangimentos à renovação tecnológica do setor, mas o condicionaram à reciclagem do trabalhador, à sua recapacitação, e finalmente, para dizer de uma vez, ganharam capacidade para definir o tipo de investimento das empresas. Não o decidem, não chega sequer a parecer-se com o modelo de cogestão alemão, mas sem eles, no marco do acordo, a renovação não se faz.

Ora, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, as coisas estão mais claras do ponto de vista de que conquistas sociais de trabalhadores são consideradas elementos de "ingovernabilidade"; a "desconstitucionalização", agora assumida abertamente pelo presidente eleito, tratará de limpar o terreno. Com o êxito do aumento impressionante da produção, e com o desejo desesperado das forças políticas vitoriosas de uma avalanche de novos investimentos estrangeiros na economia para viabilizar o Plano Real e o mandato do presidente, as empresas do setor automotivo estão "com a faca e o queijo" na mão. Esgrimirão, como já o fez o presidente da GM do Brasil, o argumento do peso dos direitos sociais sobre a folha de salários como fator inibidor da competitividade da indústria brasileira, e poderão livrar-se de um parceiro que resultou ser importante numa conjuntura de total incapacidade do Estado, mas que pode revelar-se importuno justamente pela capacidade que conquistou de balizar os movimentos das empresas¹³.

A CUT, epicentro de todo este movimento, ao contrário da argumentação de José Pastore no seminário sobre a questão da governabilidade no próximo governo, de que este ensaio faz parte, é um movimento sindical moderno. Pelo texto de

(12) Diga-se, em louvor da verdade, que a então secretária de Política Econômica, Dorothea Wernick, esteve sempre no centro da estruturação do acordo, enfrentando a indiferença e até a hostilidade da equipe econômica sob o comando de Marcílio Moreira, ministro da Fazenda de Collor.

(13) Edward J. Amadeo tem mostrado, em artigos para a imprensa diária e para revistas acadêmicas, o silogismo em que se baseia tal tipo de argumentação. Em resumo, nem tudo que se cola à folha de salários vai para o trabalhador; boa parte vai para o Estado. Assim, é falso falar do encarecimento do preço do trabalho. Uma boa reforma fiscal daria conta desse quiproquó de que o Estado se vale para criar quase-impostos. Reduzido às parcelas que se adicionam ao salário nominal pago ao trabalhador, o *plus* de encarecimento do trabalho no Brasil é extremamente baixo. Ver de Amadeo, E.J. e Estevão, M. *A teoria econômica do desemprego*. São Paulo: Hucitec, 1990.

Pastore* se poderá ver que tudo que ele rotula como moderno no movimento sindical são características da CUT: em primeiro lugar, uma central dos setores mais modernos da economia; em segundo, uma central cujos sindicatos baseiam-se em organizações no chão da fábrica, isto é, as comissões de fábrica, para onde deslocam-se hoje as questões mais importantes do processo de trabalho; em terceiro lugar, uma central que se formou a partir de sindicatos com tradição em negociar, ao invés de procurar o confronto pelo confronto: este é apenas uma arma táctica. Mas, ao contrário do que apregoou José Pastore, e do que desejam os arautos do neoliberalismo, a CUT quer ver inscritos nos documentos máximos da Nação, como a Constituição, os direitos sociais e especialmente os trabalhistas. No Tratado de Maastricht nenhum dos direitos conquistados no nível nacional é renegado: ao contrário, eles estão inscritos no Tratado. No NAFTA, não foram os Estados Unidos e o Canadá que se adequaram ao péssimo regime de trabalho e de direitos dos trabalhadores mexicanos; ao contrário, os USA e o Canadá obrigam a que o México dobre o salário-mínimo mexicano, justamente para que o Tratado não se transforme em arma de transferência de vastos setores industriais que se beneficiem do baixo nível salarial mexicano. Assim, o argumento de Pastore de que a tendência moderna é a de deixar para o contrato coletivo, ou no máximo para uma lei ordinária, os direitos trabalhistas — que a seu ver enrijecem as condições da produção e da competitividade — é justamente negado nos Tratados que regulam os direitos trabalhistas no nível mais amplo, em dois dos maiores e mais dinâmicos ambientes produtivos mundiais, sendo o terceiro o Japão, onde, se não há direitos constitucionalmente inscritos, eles se dão pelos costumes, que são tão fortes, em alguns casos, quanto Constituições.

(*) Publicado a seguir, p. 91.
(N.E.)

Onde a CUT incomoda é justamente em não aceitar voltar à posição de subalternidade, que é toda a demanda do empresariado e dos neoliberais, parte importante do programa do governo Fernando Henrique Cardoso. Deste ponto de vista, se a miopia política e grossos interesses não se misturassem ao ponto da promiscuidade, a CUT seria o melhor parceiro para a modernização do país. Não se está vendendo aqui a sugestão de cooptação, mesmo porque esta não é minha posição ideológica, além do que significaria um enorme desrespeito a esse magnífico movimento de trabalhadores. Está-se afirmando que o tratamento com uma organização que tem estratégia, e não atua simplesmente ao sabor das conjunturas, embora seja muito esperta para percebê-las, além de procurar construir uma esfera pública onde as relações do Estado com os setores privados — incluindo-se aqui os próprios sindicatos —, teria tudo para levar adiante um programa de modernização que valorizasse simultaneamente o crescimento econômico e a cidadania, a redefinição das relações Estado-mercado num sentido civilizatório. A opção mistificadora e mistificada pelo mercado pode, nas condições concretas brasileiras, significar não apenas a desindustrialização, mas a barbárie social. Um diálogo travado apenas entre o governo e os empresários não é suficiente garantia para um avanço civilizatório.

4. A implosão de uma governabilidade civilizatória: o núcleo duro do neoliberalismo do governo Fernando Henrique Cardoso

O inimigo maior da governabilidade no governo Fernando Henrique Cardoso é o neoliberalismo da equipe econômica. Por governabilidade está-se entendendo

a capacidade de governar sintonizada com as principais tendências que se dão na sociedade. Ainda assim, o termo continua equívoco, pois certamente o neoliberalismo do governo encontra sintonia com o pensamento e a ação de vastos setores do empresariado. Portanto, faz-se conveniente uma redefinição da governabilidade: esta é entendida, ao longo de todo este ensaio, como a capacidade de governar, apoiada em tendências muito concretas na sociedade — para rebater, desde logo, o estigma do voluntarismo —, dirigida no sentido de um processo de liquidação das desigualdades sociais.

Estas tendências existem, e se multiplicam suas formas concretas; aqui, insistiu-se muito no movimento sindical, mas é muito evidente que outras formas da organização societal, de setores não-trabalhadores, indicam a possibilidade de uma nova relação Estado-sociedade que trabalhe na direção indicada. Uma longa lista aqui pode também tirar o fôlego do leitor: exemplifiquemos apenas com duas delas, a primeira a chamada Campanha contra a Fome, que reeditou o movimento pela anistia constituindo ao longo de todo o país milhares de comitês de cidadãos. Um certo academicismo arrogante e que debocha desse tipo de iniciativa, à esquerda e à direita, dirá que isto não resolve a fome, cuja natureza é de caráter estrutural. Mas a Campanha contra a Fome, menos que seus resultados práticos, que não deixam de ser importantes, indica precisamente setores da sociedade que podem ser mobilizados para, em parceria com o governo, lidar com os imensos problemas da desigualdade social. O outro exemplo situa-se no outro extremo da desigualdade, ou na sua outra face, que é a da violência. O Movimento Viva Rio dá todas as mostras de como partes expressivas da sociedade podem e estão se mobilizando para o combate contra uma mazela social, o narcotráfico junto com o jogo do bicho, que mantêm justamente as parcelas mais pobres da sociedade carioca — e não apenas carioca — como reféns de uma trama cujos fios são tecidos, e cujos lucros fluem, de e para os ricos apartamentos da alta burguesia carioca. Iniciativas de ONGs mostram também essa capacidade, quando a sociedade se organiza.

Apesar da argumentação desenvolvida sobre a tendência mortífera por parte do grande empresariado de liquidar conquistas sociais trabalhistas importantes, e, principalmente, a autonomia do movimento dos trabalhadores, é certo também que existem pequenos núcleos de empresários que ensaiam passos na direção oposta. Infelizmente, são menos importantes do ponto de vista do PIB. Mas iniciativas como a da Fundação Abrinq dão conta dessa virtualidade. E mais: caso o grande empresariado não encontrasse total ressonância — e sua justificativa teórica — no neoliberalismo do governo Fernando Henrique Cardoso, ele se veria obrigado, para fazer valer seus interesses, a trabalhar num sentido oposto àquele em que se faz sócio da fúria destrutiva do neoliberalismo incrustado no novo governo. Esse foi o caso da câmara setorial do setor automotivo. Uma definição firme do governo nesse sentido serviria como corretivo ao grande empresariado, que não pode se dar ao luxo de, agora, jogar pela janela um mercado de 2 milhões de automóveis/ano. Percebendo que não é esse o caso, isto é, que o governo também é hostil à autonomia dos trabalhadores, as principais montadoras já se preparam para importar cerca de 400 mil veículos em 1995, com o que se livram das obrigações do acordo da câmara setorial, e faturam bons lucros numa nova onda de concentração da renda que o modelo neoliberal produzirá. Quem duvidar, consulte *The Economist*, op. cit., para ver os resultados do thatcherismo e da *reaganomics* na Inglaterra e nos USA: uma formidável reconcentração da renda, que reverteu todo o trabalho que o próprio Welfare havia produzido em mais de cinquenta anos de políticas de renda¹⁴.

(14) A insuspeitada revista inglesa (op. cit.) publicou resultados de estudos sobre a evolução do coeficiente de Gini para os USA e a Grã-Bretanha, entre 1950 e 1992. No caso norte-americano, o coeficiente melhorou entre 1929 e 1969, estacionando aí; a partir de então, voltou a deteriorar-se, elevando-se a 0,40 em 1992 (como se sabe, na escala de Gini 0 corresponde à igualdade perfeita, enquanto 1 é a perfeita desigualdade); os 20% mais ricos detinham em 1992 45% dos rendimentos líquidos totais do país, enquanto os 20% mais pobres detinham apenas 4% do mesmo total. De 1969 para 1992, a distância entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres passou de um múltiplo de 7,5 para 11 vezes. Na Grã-Bretanha a desigualdade social entre ricos e pobres atenuou-se até 1977, dois anos antes da chegada ao poder de Mrs. Thatcher e suas políticas anti-Welfare. O coeficiente de Gini passou de 0,23 em 1977 para 0,34 em 1991; os ricos tinham então uma renda que era quatro vezes mais que a dos pobres, enquanto em 1991 a distância passou a medir-se por um múltiplo de 7. Não por acaso, tal deterioração ou aumento da desigualdade passou-se justamente nas gestões Thatcher na Grã-Bretanha e Reagan-Bush nos USA.

Por que o neoliberalismo é incompatível com qualquer mudança social progressista? Seu argumento principal se dá no nível das aparências: o Estado intervencionista é um estorvo justamente porque promove políticas que, no fim do caminho, produzem inflação, e esta é o maior flagelo dos pobres. Santíssima boa intenção!

Vejamos de dentro o fundamento do neoliberalismo, que é adotado sem ressalvas pela equipe econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso, e que se expressa no Plano Real. O presidente não está isento: premido pelas tenazes da oportunidade de alçar-se à Presidência, encontrou-se sem equipe econômica, optando pela única estruturada e não ligada aos seus inimigos políticos: optou pela da PUC-Rio. Isso diz tudo, ou quase tudo. Mas, conforme seu discurso de despedida no Senado, a referência a Collor como pioneiro da modernização não é gratuita: Fernando Henrique Cardoso fez de tudo para levar o PSDB para o ninho collorido, interpretando mui justamente o mote de Collor "eu tenho votos e vocês têm o talento". Em palavras diretas, o presidente já havia aderido às teses neoliberais.

O dado fundamental que define o neoliberalismo é sua concepção de moeda. No rastro dos neoclássicos e principalmente do friedmanismo (Milton Friedman, líder da Escola de Chicago e Prêmio Nobel de Economia) que vê a moeda como neutra, isto é, como uma mercadoria entre as outras. Ela não tem preferências, por isso é neutra, como qualquer outra mercadoria, e seu movimento se dá unicamente pelo seu preço relativo em relação a outras mercadorias. A partir daí, todas as consequências são derivações dessa concepção.

A primeira delas opera-se no plano do Estado. A revolução mais importante deste século em matéria de concepção da moeda foi racionalizada por Keynes. Sua teoria monetária é não monetarista, isto é, a moeda não é uma mercadoria, nem especial nem sequer igual às outras. A moeda é uma relação social, concepção equivalente à de Marx, embora este estivesse muito preso a uma suposta natureza metálica da moeda.

Esta revolução teórica abriu as portas para o processo de des-subalternização do Estado, mesmo que ainda o consideremos um Estado burguês. Há uma longa história anterior, cujos protagonistas principais são os partidos de extração operária, social-democratas, socialistas e comunistas, cuja entrada na política redefiniu esta e destruiu a relação simétrica entre poder econômico e poder político. Toda a tentativa de sair da crise dos anos 30 esbarrava na concepção da moeda como mercadoria e logo numa subalternidade do Estado aos movimentos do mercado, no longo ciclo descrito por Polanyi. Em pleno auge da recessão, os economistas neoclássicos aconselhavam — e faziam — o Estado submeter-se ao custo da moeda, num movimento que ia da queda da produção, passava pela contração das receitas do Estado, e terminava conduzindo ao corte dos gastos, o que, por sua vez, jogava gasolina na fogueira da depressão. O núcleo dessa subalternidade do Estado frente ao ciclo econômico residia em que o Estado só podia emitir moeda em proporcionalidade com a produção — daí a teoria que se chama quantitativa —, tendo como caução outra mercadoria, que constituiria seu lastro; no caso, o ouro, no sistema do padrão-ouro. Se o preço do ouro estivesse muito alto ou muito baixo, em desproporcionalidade, por sua vez, com os quantitativos da produção global, com o PIB, o Estado ver-se-ia impedido de emitir. Neste círculo, a moeda e a autonomia do Estado estariam aprisionadas no próprio circuito da mercadoria.

A revolução teórica produzida libertou o Estado da subalternidade monetária e, por consequência, de sua subalternidade fiscal. E abriu o passo a todas as políticas contemporâneas de demanda, principalmente as políticas sociais. A

moeda agora era concebida como uma relação entre ativos e passivos, e ela pretendia medir essa relação e não ser medida por ela. Portanto, entrou-se no que Aglietta e Orléans vieram a chamar posteriormente de "moeda do Banco Central". Caso, por exemplo, o Estado desejasse expandir seus ativos, como na sua entrada no setor produtivo, a moeda não vetaria *ex-ante* essa operação, mas mediria as consequências disto sobre o passivo que o Estado necessariamente constituiria com a efetivação dos ativos; e mais, o Estado ajustaria a relação entre ativos e passivos. Para dar um exemplo concreto: na gestão Roberto Campos, esse que hoje é o nosso Hayek, idólatra do mercado e da moeda-mercadoria, promoveu uma reforma fiscal em que um dos pilares consistia numa desvalorização dos passivos das empresas, pela obsolescência acelerada. Quem podia decretar essa desvalorização era o Estado, justamente porque não se submetia a uma moeda-mercadoria, mas a uma moeda-relação. Campos, sabendo-o ou não, utilizava uma concepção de moeda que está em total contradição com o que defende hoje, e com o que é a base do Plano Real.

Essa concepção, pois, volta a subordinar o Estado ao ciclo dos negócios privados, e impede várias coisas. Pela sua relação com a moeda hegemônica, com o dólar, que passa a ser a mercadoria-padrão, o Estado brasileiro estará subordinado às variações da moeda norte-americana. Como os movimentos das bolsas de valores demonstram cotidianamente, se o FED aumenta a taxa de juros haverá uma migração de dinheiro para as aplicações norte-americanas; se o FED fizer o contrário, poderá haver inundação de dinheiro norte-americano no Brasil, e a estabilização pode ir "pro brejo", pela necessidade de emitir reais. A Argentina livrou-se do dilema simplesmente adotando a conversibilidade total, que é um passo a mais na total subordinação do Estado e da economia argentinos à moeda norte-americana. No mesmo passo e na mesma direção irá a política econômica do Real.

A autonomia da política econômica estará virtualmente coartada por essa subordinação. Como as experiências argentina e mexicana estão mostrando, um dos efeitos é o de produzir imensos déficits comerciais, que somente poderão ser compensados pelo movimento de capitais¹⁵. Em cascata, as defesas da indústria local estarão liquidadas, a não ser que se utilizem mecanismos não alfandegários, grandemente impedidos hoje pelos resultados da Rodada Uruguai. Os déficits comerciais poderão ser utilizados como poupança externa, como o mostrou Otávio de Barros em artigo recente na *Folha de S. Paulo*, à condição de que o árbitro dos déficits ou superávits não seja a taxa de câmbio, ela mesma hoje estruturada mais em termos financeiros que em diferenças de poder de compra das moedas. Ora, com a conversibilidade, a diferença de poder de compra da moeda nacional é virtualmente anulada; restaria compor a taxa de câmbio com elementos financeiros, os quais não serão possíveis devido a que a própria autonomia financeira é obstaculizada pela relação com a moeda-padrão. A economia caminha para uma total subordinação, não deixando ao governo praticamente nenhuma margem para políticas econômicas autônomas. O pior é que é isto mesmo o que parece pretenderem os elaboradores da política do Real.

No terreno das políticas sociais, uma tal concepção de moeda é devastadora. Preocupado todo o tempo em manter a paridade da moeda nacional com a norte-americana, o Estado estará impedido de emitir, mesmo quando conjunturas especiais, uma seca, catástrofes naturais, epidemias, o obrigarem na elementar função de manter a ordem e a coesão sociais. Com a desorganização do Estado, simples enchentes já passam ao estatuto de catástrofe. Pior será com as políticas sociais não conjunturais, aquelas que, em combinação com os aumentos da

(15) Em tempo: a prática do déficit levou o "exemplar" modelo mexicano à catástrofe. Déficit e supervalorização da moeda conduziram não apenas à devastação social — vide Chiapas — mas a uma incessante instabilidade da economia, provocando a desvalorização da moeda e o pânico entre os investidores do "milagre" mexicano. A reiteração dessa política leva à total subordinação do México aos USA, de modo que o presidente Clinton pede a entrega das divisas do petróleo mexicano como garantia para o mega-empréstimo de US\$ 40 bilhões para segurar seus sócios do NAFTA e salvar os investidores norte-americanos da hecatombe mexicana. No fundo, a "co-operação" dos USA será paga pelos mexicanos com perda da soberania nacional, novo arrocho salarial, recessão e venda do patrimônio nacional.

produtividade, podem operar a redistribuição da renda. Como elas deverão ser constantes, e mais, deverão exatamente tentar superar e recompor o quadro da devastação social que aí está, necessariamente terão que superar o quadro de receitas previstas — teriam que voltar a um modo de política keynesiana, para dizer o mínimo. Isto estará impedido pela subalternidade fiscal a que o Estado brasileiro retornará, com a política neoliberal. Qualquer aumento de despesas só poderá ser feito se houver prévio aumento de receitas: eis o Estado doméstico de volta. Mesmo no quadro da redistribuição da renda via aumentos salariais respaldados pelo aumento de produtividade, a tendência neoliberal é repressiva, e desmente seus próprios argumentos: no caso da greve dos trabalhadores do setor automotivo, que reivindicavam um razoável aumento respaldado pelo gigantesco aumento da produtividade ocorrido no setor, a posição do governo foi a de impedir que as partes chegassem a, ou melhor, cumprissem os termos do acordo da câmara setorial. Isto é, o Estado nacional reprime ali onde ele ainda tem capacidade: isto é, exatamente porque não há um mercado internacional do trabalho senão pela via da territorialidade social e institucional dos Estados nacionais, apenas a mercadoria força de trabalho pode ser regulada pelo Estado nacional.

Parece que a teoria da equipe econômica não é compatível com uma teoria monetária da moeda, nos moldes de Friedman. Pelo menos Bresser Pereira fez o esforço de entroncar a teoria inercial da inflação no estruturalismo da escola cepalina, cujos maiores representantes no Brasil foram Celso Furtado e Ignácio Rangel¹⁶. Bem reparada, a teoria inercial nada tem de estruturalista, nem sequer neo-estruturalista, e a rigor é completamente compatível com uma teoria da moeda como mercadoria. Nas vertentes Arida e Chico Lopes da inflação inercial¹⁷, que se diferenciam apenas quanto ao gradualismo ou choque, a inflação é concebida como inercial porque já nada tem a ver com conflitos distributivos. Isto é, a moeda nada tem a ver com a distribuição da renda entre os principais agentes econômicos, tanto os do interior da burguesia, quanto assalariados, poupadores etc. A inércia é apenas uma projeção do *status quo*, num movimento preventivo para não perder posições no futuro. Ora, é fácil ver que aí está o cerne de uma teoria da moeda *neutra*, exatamente igual à monetarista ao estilo Friedman. Assim, o confiar cegamente nos mecanismos de mercado, como tem sido ressaltado *ad nauseam* pelos membros da equipe econômica, reconduzirá o Estado à posição de subalternidade, pela via da moeda. Para resumir, a teoria da inflação inercial substantivamente não difere em nada da teoria monetária da moeda, e seus efeitos serão provavelmente os mesmos, com a agravante da perda da autonomia monetária no caso de um país dependente.

Frente, pois, aos processos de concentração e centralização dos capitais que a globalização expressa, o Estado nacional no Brasil e na América Latina em geral perdeu a capacidade de arbitrar o conflito interburguês. O neoliberalismo aparece, então, não como uma exigência frente ao intervencionismo estatal, que não permite o funcionamento dos mercados: o neoliberalismo é, antes, a confissão da impotência do Estado burguês frente a esses processos. E a dolarização direta, via conversibilidade, ou disfarçada, via âncora cambial, é simplesmente a confissão de que o Estado nacional da periferia do capitalismo não tem mais a capacidade de ter moeda. Nos termos de Aglietta e Orléans, que redefinem Weber, o Estado nacional não tem mais o monopólio exclusivo da violência, já que a moeda é o conversor público de todas as violências privadas¹⁸.

No caso brasileiro, onde um grande setor estatal produtivo tomou a própria forma do Estado, substituiu o Estado ou representa o Estado, com empresas do

(16) Ver Bresser Pereira, L.C. "Inflação inercial e Plano Cruzado". *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 6, n° 2, jul./set. 1986.

(17) Ver Arida, P., org. *Inflação zero: Brasil, Argentina, Israel*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

(18) Ver Aglietta, M. e Orléans, A. *La violence de la monnaie*. Paris: PUF.

porte da Petrobrás ou da Vale do Rio Doce, com a privatização que se processa, quem representará o Estado ali, em Carajás, no complexo mineiro-ferroviário-portuário entre Minas e Espírito Santo, no ordenamento do conflito entre indígenas e companhias de mineração? A moeda brasileira, que deixará de existir? As sociedades que estão se entregando tão totalmente, tão estupidamente e tão ilusoriamente a essa utopia perversa já estão pagando caro: transformaram-se em bazares persas comandados por máfias como nem a Itália, seu berço, nem os USA da década de 30, sua "modernizadora", conheceram. Tal ilusão perversa leva à desintegração social que é quase sempre apenas o prelúdio da desintegração nacional. As repúblicas da ex-URSS, da ex-Iugoslávia, e mesmo as consideradas exemplares, como Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária, com gradações, estão aí como advertência. O Brasil está fazendo um enorme esforço para juntar-se a elas.

Francisco de Oliveira é presidente do Cebrap e professor-titular do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. Já publicou nesta revista "Quanto melhor, melhor: O Acordo das Montadoras" (Nº 36).

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 41, março 1995
pp. 61-77
